

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN nº 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília-DF / 2013

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	6
- INTRODUÇÃO.....	6
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	7
1.3 Organograma Funcional.....	9
1.3.1 Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação.....	9
1.3.2 Departamento de Saúde e Assistência Social .....	9
1.3.3 Comissão Desportiva Militar do Brasil .....	10
1.3.4 Hospital das Forças Armadas – HFA .....	10
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	10
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	10
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	10
2.2 Estratégias da Atuação frente aos objetivos estratégicos.....	13
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	14
2.3.1 Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon.....	14
2.3.2 Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte.....	15
2.3.3 Ação 2000 – Administração da Unidade.....	15
2.4 Indicadores .....	16
2.4.1 Índice de Aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 – IARA8425.....	16
2.4.2 Índice de Concretização da Meta Física da Ação Orçamentária 8425 – ICMF8425.....	16
2.4.3 Indicador de Efetividade.....	17
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	17
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	17
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	19
4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UJ.....	19
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ.....	21
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	22
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	22
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	22
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	22
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	23
- RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	23

## LISTA DE QUADROS

1- Quadro A.1.1 - Identificação DA UJ – Relatório de Gestão INDIVIDUAL.....	6
2- Organograma Funcional da UJ.....	9
3- Quadro das Ações da UJ.....	11
4- Quadro Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 - IARA8425.....	16
5- Quadro Índice de Concretização da Meta Física da Ação 8425 – ICMF8425.....	16
6- Quadro Resultados da Avaliação do Programa no Exercício.....	17
7- Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	17
8- Quadro A.4.4 1 Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	19
9- Quadro A.4.4 2 Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	21
10- Quadro A.4.6 Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.....	22
11- Quadro A.6.1 Força de Trabalho da UJ- Situação apurada em 31/12/2012.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### 1. ABREVIATURAS

- Art: artigo(s)
- Dec: Decreto

### 2. SIGLAS

- ACISO: Ação Cívico Social
- CASF: Comissão de Assistência Social das Forças Armadas
- CDA : Comissão Desportiva da Aeronáutica
- CDE: Comissão Desportiva do Exército
- CDM: Comissão Desportiva da Marinha
- CDMB: Comissão Desportiva Militar do Brasil
- Ciset: Secretaria de Controle Interno
- CISM: Conselho Internacional do Esporte Militar
- COPRECOS: Comitê de Prevenção e Controle Das DST/AIDS nas Forças Armadas
- CPIEM: Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares
- CPLP: Comunidade dos Pais de Língua Portuguesa
- CPSSME: Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas
- DEORF: Departamento de Orçamento e Finanças
- DEPEC: Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação
- DESAS: Departamento de Saúde e Assistência Social
- DIVAS: Divisão de Assistência Social
- EB: Exército Brasileiro
- ENABED: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa
- EPEMM: Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar
- EPESM: Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar
- ESG: Escola Superior de Guerra
- FAB: Força Aérea Brasileira
- FASMID: Fórum de Assistencial Social do Ministério da Defesa
- HFA: Hospital das Forças Armadas
- IES: Instituição de Ensino Superior
- LAC: América Latina e Caribe
- LDO: Lei de Diretrizes Orçamentária
- LOA: Lei Orçamentária Anual
- MB: Marinha do Brasil
- MD: Ministério da Defesa
- MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- ME: Ministério dos Esportes
- PROFESP: Programa Forças no Esporte
- SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
- SEPESD: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
- SIAFI: Sistema de Administração Financeira
- SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- SIORG: Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
- TCU: Tribunal de Contas da União
- UJ: Unidade Jurisdicionada

# 1. IDENTIFICAÇÃO

## 1.1 Identificação Relatório de Gestão Individual

### QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Número de Ordem:			
Denominação Completa: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto			
Denominação Abreviada: SEPESD			
Código SIORG: 41109		Código na LOA: Ñ tem	Código SIAFI: 110277
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público - Administração Direta		CNPJ: Ñ Tem	
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: Ñ tem
Telefones/Fax de Contato:	(061) 2023-5130	(061) 2023-5153	(061) 2023-5150
E-mail: <a href="mailto:sepesd@defesa.gov.br">sepesd@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br/">http://www.defesa.gov.br/</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco "O" Anexo I – Brasília – 70.052-900 – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU nº 224, de 24 de novembro de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2007).			
- Portaria Normativa nº 142, de 25 de janeiro de 2008 (DOU nº 19 de 28 de janeiro de 2008).			
- Decisão Normativa – TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011.			
- Decisão Normativa – TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012			
- Portaria – TCU nº 150 de 03 de julho de 2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
xxx			
* Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se aplica		
* Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
* Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

**\* A UJ SEPESD não realiza a Execução Financeira, esta execução é realizada pelo Departamento de Administração Interna do MD, Código SIAFI 110404.**

## - INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades inseridas no Plano Plurianual 2012-2015 e contidas nos Programas 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, através das Ações 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte, 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon. Foi incluída neste Relatório, ainda, a Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, no ano de 2012, apesar dos Programas não serem gerenciados por esta Secretaria. Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Desta forma, não se aplicam a SEPESD as informações referentes aos seguintes itens do Anexo

II, Parte “A” da DN 119 TCU/2012: Os campos assinalados com (\*) no Quadro Identificação da UJ; 3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão: Subitens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5; 4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira, subitem: 4.1, 4.1.1, 4.1.2 4.1.3, 4.1.5 e 4.2; 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira; 6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, Subitem: 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.2; 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; 8. Gestão da Tecnologia da Informação; 9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; e 11. Informações Contábeis.

O item do Anexo II, Parte “A” da DN 119 TCU/2012, que se aplica à UJ mas não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2012, é o seguinte: 1.5 Macroprocessos de Apoio; 10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.

Dentre as realizações e conquistas da SEPESD no exercício de 2012, podemos destacar o seguinte:

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) continuou contribuindo para a política de inclusão social do Governo, pela execução do Programa Forças no Esporte, desenvolvido desde 2003.

No ano de 2012, o programa manteve a representação em cerca de 12.000 crianças e adolescentes, em área de vulnerabilidade social, acolhidas por 85 Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, distribuídas em 24 Estados da Federação, que contaram com todo o tipo de material esportivo e camisetas e agasalhos esportivos.

Por meio da Comissão Desportiva Militar Brasileira, no ano de 2012, realizou várias competições Esportivas, como Campeonatos Mundiais (através do CISM), e Campeonatos Nacionais, que contaram com a participação de atletas militares do Esporte de Alto Rendimento, propiciando a manutenção e preparação destes atletas, inclusive visando à participação nos próximos Jogos Olímpicos 2016.

Pelo Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação, através do desenvolvimento da Ação do Projeto Rondon, pode proporcionar a aproximadamente 2000 Universitários, a capacitação da transmissão de conhecimentos e melhoria de condições de vida a população residente em várias regiões carentes do nosso País.

Pelo Departamento de Saúde e Assistência Social, a SEPESD pode promover palestras motivacionais para sensibilização de líderes, para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais (de formação, de aperfeiçoamento e de comando (pós-graduação) militares); planejar e realizar “Cursos de Capacitação de Educadores de Pares”, anualmente, em parcela dos 12 Eixos Estratégicos nas diversas Regiões do Brasil, cumprindo planejamento específico estabelecido no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas”, envolvendo instrumentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como permitir a participação de militares da área de saúde em congressos e reuniões de relevância, quer no ambiente nacional quer no internacional, sendo importante ressaltar que, no caso de eventos no exterior, representou o Brasil em Encontros e Congressos onde a medicina militar brasileira tem assento nos conselhos deliberativos, como por exemplo, na Comissão de Saúde Militar da CPLP e, também, no importante Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), onde o Brasil integra como sócio fundador desde 1921.

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), órgão de assessoramento do Ministro da Defesa, como estatuída no Decreto 7.364 de 23 de novembro de 2010, têm as atribuições de formulação e atualização da Política de Pessoal Civil, Estratégia de Saúde e Assistência Social, propor diretrizes gerais de orientação de Ensino e propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao Esporte Militar, nos seus aspectos comuns às Forças Armadas.

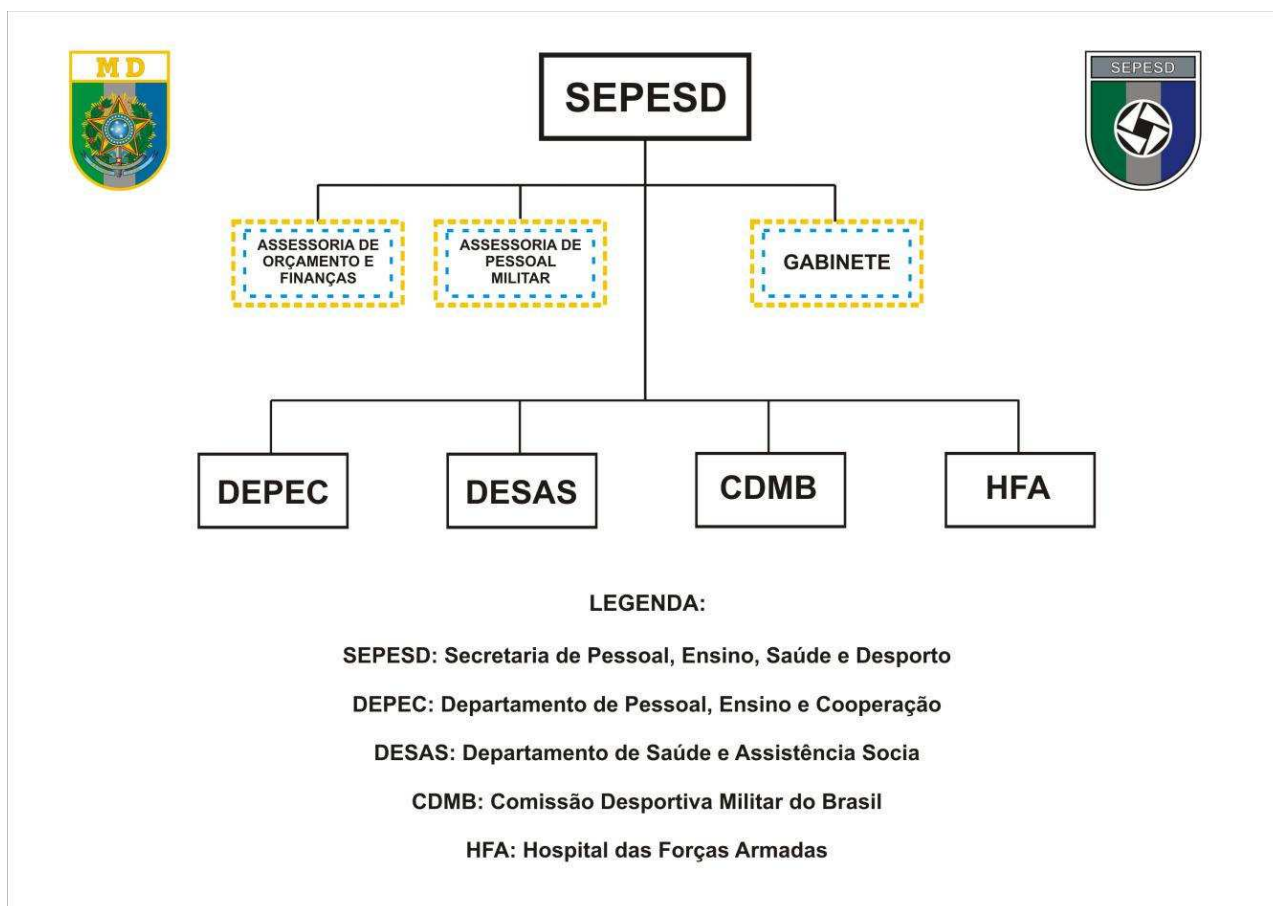
- De acordo com o Artigo 29 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no **Decreto N° 7.364, de 23 de novembro de 2010**, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011, à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência;
- II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, formular e atualizar a política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011).
- III - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;
- IV - propor a formulação e a atualização da política de ensino de defesa e acompanhar a sua execução;
- V - propor diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada, em seus aspectos comuns a mais de uma Força;
- VI - contribuir para a difusão dos assuntos de defesa no âmbito da sociedade brasileira;
- VII - supervisionar projetos especiais de interesse do governo, atribuídos à Secretaria;
- VIII - realizar gestões para a captação de recursos financeiros em benefício do Projeto Rondon;
- IX - propor a formulação e a atualização da política e da estratégia de saúde e assistência social para as Forças Armadas, bem como formular e atualizar políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;
- X - supervisionar a gestão do Hospital das Forças Armadas;
- XI - propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; e
- XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, e das ações 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte, e 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, gerenciados no âmbito da SEPESD, tendo suas ações coordenadas pelo DESAS e pelo DEPEC, respectivamente, e do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, Ação 2000 – Administração da Unidade, executada e coordenada em todos os Departamentos da SEPESD.

Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros lançados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

### 1.3 Organograma Funcional



A SEPEDS é composta pelos seguintes Departamentos/Comissão:

### 1.3.1 Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação - DEPEC

O Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação tem como competência, além de Assessorar diretamente o Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, propor as bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa e acompanhar a sua execução, desenvolver projetos e atividades de cooperação com o meio acadêmico civil e outros setores da sociedade, com o objetivo de difundir assuntos de interesse da defesa nacional e exercer a coordenação-geral do Projeto Rondon e conduzir suas operações.

### 1.3.2 Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS

Além de assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência, propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução, identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de saúde e assistência social, coordenar a realização de estudos que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de saúde e de assistência social no âmbito das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas, propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a atividade de medicina operativa, desenvolver, em conjunto com as Forças Armadas, um sistema de vigilância epidemiológica no âmbito do Ministério da Defesa e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

### 1.3.3 Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB

Além de assessorar o Secretário nos assuntos de sua Competência, planejar e coordenar, em conjunto com as Forças Armadas, as atividades de integração com programas governamentais de apoio ao esporte, integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das



Forças Armadas, apoiar as Comissões de Desportos (CD) das Forças na manutenção do treinamento permanente de seus atletas, enquanto convocados para compor as Seleções Militares Brasileiras e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

#### 1.3.4 Hospital das Forças Armadas – HFA (Possui Relatório de Gestão Próprio)

O Hospital das Forças Armadas (HFA), criado pelo Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962, é um hospital militar geral, com sede em Brasília, e integra a estrutura da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), do Ministério da Defesa (MD).

O HFA, com autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971, reger-se-á pelo presente instrumento e demais normas aplicáveis.

#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

A SEPESD possui apenas dois Macroprocessos Finalísticos, um voltado para o Desporto Militar e o outro que trata do Projeto Rondon.

No ano de 2012, na área do Desporto Militar, ocorreram várias competições esportivas, nacionais e internacionais, que foram precedidas de reuniões de coordenação e organização, que puderam proporcionar um excelente desenvolvimento e participação de atletas militares competindo no âmbito das Forças Armadas Brasileiras e representando o Brasil no cenário Internacional.

Na programação da execução do Projeto Rondon, também ocorreram muitas reuniões de coordenação e organização, visitas às Regiões do Brasil e o entendimento com as Universidades interessadas em participar, que, quando então definidas, fizeram a sua seleção dos Universitários que estariam na realização do Projeto, sendo que no ano de 2012 foram realizadas cinco Operações em regiões carentes do País, previamente selecionadas.

#### 1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da SEPESD, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: O Ministério do Esporte, o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e os Comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica.

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

a) O Planejamento Estratégico da SEPESD está direcionado e alinhado às Diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa, que é focada em ações estratégicas de médio e longo prazo, atuando nas áreas de Pessoal Civil e Militar, Ensino Militar, Saúde, Assistência Social e do Desporto Militar nas Forças Armadas.

b) Através da formulação das políticas de Pessoal Civil, Militar e Pensionistas, das Orientações estratégicas voltadas para a Saúde, Assistência Social, Orientações e Acompanhamento para o desenvolvimento e manutenção da prática do Desporto Militar, e das orientações e diretrizes das atividades do ensino Militar, a SEPESD se enquadra dentro de suas competências.

c) Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, a SEPESD instituiu o seu Plano de Metas e de Ações para o ano de 2012, com a colaboração dos seus Departamentos/Comissão, os quais são responsáveis pela consecução de Objetivos Gerais, que são desdobrados em Objetivos Específicos e serão implementados e custeados por intermédio de Ações Orçamentárias, visando à realização de metas anuais estabelecidas, a saber:

- Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação

<b>OBJETIVO GERAL</b>
Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"	8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon
Difundir assuntos de interesse da Defesa Nacional	2000 – Administração da Unidade
Propor as Bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa	

- Departamento de Saúde e Assistência Social

<b>1. OBJETIVO GERAL</b>	
Propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS	2000 – Administração da Unidade
Proporcionar trocas de experiências funcionais com vistas ao aprimoramento e a evolução dos Sistemas de Saúde Militar	
Proporcionar oportunidades para intercâmbio de experiências e interação dos Serviços de Assistência Social oferecido pelas Forças Armadas.	

- Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB

<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Preparar as Equipes militares Brasileiras, contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>
Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças	20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
Preparar de forma adequada as equipes militares brasileiras para a obtenção dos melhores resultados possíveis em competições nacionais e internacionais.	20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte
	2000 – Administração da Unidade

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela Gerência de Planejamento Orçamentário da SEPESD, e realizado por intermédio da atuação dos Coordenadores e Coordenadores-Executivos das Ações Orçamentárias.

As atividades de acompanhamento são registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

d) Os principais objetivos estratégicos da SEPESD no ano de 2012 foram: 1) Manter o nível e o desempenho adquiridos pelos Atletas Militares nos V Jogos Mundiais Militares de 2011, visando a futura representação nacional a que serão submetidos nos futuros Jogos Olímpicos Brasileiros em 2016, sem deixar de manter, à nível de competição nacional e internacional, o Desporto Militar; 2) Manter a qualificação de Universitários participantes do Projeto Rondon, capazes de contribuir com a população das regiões carentes no País; 3) Contribuir para a difusão dos assuntos de Defesa no seio da População Brasileira; e 4) Manter a capacidade de poder proporcionar um bom serviço de Saúde e Assistência Social ao pessoal militar e dependentes.

e) Para poder atingir os objetivos estratégicos estabelecidos, realizou várias ações, tais como:

1- Preparou atletas militares brasileiros de alto rendimento para representar o Brasil em eventos do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e outros organismos afins, contemplando o apoio material e financeiro às equipes esportivas e comissões técnicas, para treinamento e participação nos eventos nacionais e internacionais das diversas modalidades, bem como pode apoiar as atividades do PROFESP especialmente na prospecção de talentos esportivos.

Iniciou a preparação das novas equipes que representarão o Brasil nos 6º Jogos Mundiais Militares da Coreia do Sul em 2015, participando das diversas competições nacionais e internacionais, priorizando aquelas conduzidas pelo Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, com enfoque nos Jogos Olímpicos Rio2016;

2- Realizou duas operações, em janeiro/fevereiro e em julho, nas regiões onde os Universitários

(Rondonistas) desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho aprovado pelas Instituições de Ensino Superior (IES); e reunião de avaliação e de trabalho com professores que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das próximas operações;

3- Na Área de Ensino e Cooperação, realizou as seguintes atividades:

- Curso de Gestão Ampla em Defesa;
- I Seminário de Desarmamento e Controle de Armas;
- 23ª e 24ª reunião da CPIEM;
- IV Curso de Extensão em Defesa Nacional, realizado em João Pessoa/PB;
- IV Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM;
- VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED;
- IX Congresso Acadêmico, na AFA;
- IX Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar - EPEMM;
- Encontro para tratar de Assuntos do Interesse da Defesa (ATIDE/2012);
- V Concurso de Tese sobre Defesa Nacional (premiação); e
- V Curso de Extensão Nacional, em Brasília;

4- Na área de Saúde e Assistência Social, foram realizados relevantes eventos e atividades que tiveram, basicamente, os seguintes propósitos:

- Reunir, trimestralmente, a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPSSMEA) e, semestralmente, a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas (CASFA), respectivamente, os dois colegiados de mais alto nível político-estratégico das respectivas Forças Singulares e do Ministério da Defesa (MD) para analisar, traçar e propor diretrizes para todo o sistema de saúde e assistência social no ambiente militar.

- Promover o 4º Encontro de Assistência Social das Forças Armadas com o propósito de reunir representantes do Ministério da Defesa e das três Forças Singulares para tratar do tema central “A Assistência Social nas Situações de Emergências, Desastres e Calamidades Públicas”, tendo como propósito fomentar reflexões sobre as referidas situações e a intervenção do Assistente Social dentro desse contexto. Além disso, buscar ideias para a sistematização de ações em parceria com a Defesa Civil e demais órgãos e/ou entidades governamentais e civis articuladas ou parceiras.

- Promover palestras motivacionais para Sensibilização de Líderes na área da saúde para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais da área militar (de formação, de aperfeiçoamento e de comando/pós-graduação). Planejar e realizar “Cursos de Capacitação de Educadores de Pares”, anualmente, em parcela dos 12 Eixos Estratégicos, em diversas Regiões do Brasil, cumprindo planejamento específico estabelecido no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas”, envolvendo militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ambas as atividades com o propósito de levar conhecimentos e diretrizes para prevenir ou tentar evitar a contaminação de militares com doenças sexualmente transmissíveis, preservando o ambiente das Forças Armadas.

- Participar, na qualidade de representante do COPRECOS Brasil, do “Comitê de Prevenção e Controle do HIV/Aids das Forças Armadas e Polícia Nacional da América Latina e Caribe (COPRECOS LAC)”, organização que abrange os continentes americanos e que congrega militares das FA e de polícias nacionais de distintos países latino-americanos, os quais trabalham para reduzir a vulnerabilidade às DST/HIV/Aids no ambiente militar em toda a região, por intermédio de interação de ações e otimização na aplicação dos recursos de saúde dos países que compõem o Comitê ou destacados pela ONU.

- Permitir a participação de militares da área de saúde em congressos e reuniões de relevância, quer no ambiente nacional quer no internacional. Importante ressaltar que, no caso de eventos no exterior, o DESAS representou o Brasil em Encontros e Congressos onde a medicina militar brasileira tem assento em conselhos deliberativos, como por exemplo, no Comitê de Saúde Militar da CPLP e, também, no importante Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), onde o Brasil integra o mesmo, como sócio fundador, desde 1921.

- Participar de reuniões e encontros, nacionais e internacionais, sobre Biodiversidade e Biossegurança, representando o Ministério da Defesa e as Forças Armadas em diversos e altos colegiados brasileiros,

como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e no Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), atuando diretamente nas atividades nas mesmas ou, ainda, integrando as delegações brasileiras no ambiente internacional, coordenadas pelo MRE.

- Coordenar da Comissão de Biossegurança do Ministério da Defesa (CBio-MD) que tem por finalidade analisar temas de biossegurança afetos ao MD e conduzir aspectos da Diretriz sobre Biossegurança do MD.

## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos traçados para o ano de 2012 correram alguns riscos de não poderem ser realizados, isso em função da dificuldade orçamentária que se vislumbrou ao iniciar o ano orçamentário, assim sendo:

- a- Na área do Desporto Militar a Comissão Desportiva Militar do Brasil, na ação 2000 – Administração da Unidade teve, para 2012, um planejamento inicial no valor de R\$ 3.752.000,00, resultando num valor de R\$ 2.000.000,00 destinado pela LOA/2012 (**Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**), correspondente a aproximadamente 53% do inicialmente previsto, sofreu contingenciamento interno no MD da ordem de 40%, sendo provisionado apenas R\$ 1.200.000,00, se fosse mantida esta situação, isto inviabilizaria a realização de inúmeros eventos programados. No entanto, este quadro foi revertido com o apoio do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, o que propiciou condições para o cumprimento do calendário de eventos contidos no programa originário (Reuniões do CISM, Campeonatos Mundiais (CISM), Campeonatos Nacionais e Competições Escolares Militares).
- b- No ano de 2012, o DEPEC, na Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, realizou duas operações, em janeiro/fevereiro e em julho, nas regiões onde os rondonistas desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho das Instituições de Ensino Superior (IES), aprovados pelo Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon; e reunião de avaliação e de trabalho com professores que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das próximas operações, além dos reconhecimentos, viagens precursoras e providências relativas à preparação das operações.

Foram realizadas as seguintes operações:

- Operação Babaçu / Imperatriz, com a participação de 240 rondonistas, de 24 IES, atuando em 12 municípios, durante 15 dias, no mês de janeiro/fevereiro de 2012;
- Operação Pai Francisco / São Luis, com a participação de 220 rondonistas, de 22 IES, atuando em 11 municípios, durante 15 dias, no mês de janeiro/fevereiro de 2012;
- Operação Açaí / Belém, com a participação de 380 rondonistas, de 38 IES, atuando em 19 municípios, durante 15 dias, no mês de julho de 2012;
- Operação ACiSo / Belém, com a participação de 20 rondonistas, de 20 IES, atuando comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias, no mês de julho de 2012; e
- Operação Capim Dourado / Palmas, com a participação de 300 rondonistas, de 30 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias, no mês de julho de 2012.

A divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados foram divulgadas no SIOOP (Sistema de Planejamento Orçamentário do Governo Federal), através do acompanhamento Orçamentário.

## 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

### **2.3.1. Ação 8425 – Apoio das Forças armadas ao Projeto Rondon**

No decorrer do exercício de 2012, o planejamento das operações foi adequado aos recursos disponibilizados, para que pudessem atender as despesas necessárias.

O quantitativo destinado ao custeio de diárias, passagens e locomoção, limitados no início do ano, foi insuficiente, restringindo, em parte, o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon é relacionada à aquisição de passagens aéreas.

Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários, no montante aproximado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

Destaca-se também que foi concedido da Ação 2000, crédito e limite na ND 33, pela SEORI, o valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), e R\$ 63.000,00 do Gabinete do SEPESD para atender as despesas com as aquisições de passagens aéreas para as Operações do Projeto Rondon.

Quanto à meta física, a proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, para o exercício de 2012, foi de 2.800 universitários capacitados, conforme à Pré-Proposta Orçamentária apresentada no valor de R\$ 7.714.500,00. Devido aos cortes orçamentários e ao significativo aumento das passagens aéreas, o número de universitários foi reduzido. A meta física realizada foi no montante de 1.160 universitários capacitados.

Mesmo com o complemento dos recursos de Apoio Institucional, o número de rondonistas, no ano de 2012, foi reduzido, devido à sazonalidade e a reestruturação das Empresas Aéreas que contribuíram para o significativo aumento das passagens aéreas, afetando à execução das Operações do Projeto Rondon.

### **2.3.2 Ação 201G – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte**

Os recursos provenientes da Ação 201G, no ano de 2012, foram destinados basicamente a custear os gastos com passagens e diárias para a participação nas seguintes atividades de Competições Esportivas e demais atividades no meio Militar:

Reuniões do CISM;

Campeonatos Mundiais Militares (CISM);

Campeonatos Nacionais Militares; e

Competições Escolares Militares.

Durante essas atividades puderam ser preparados 400 Atletas de Alto Rendimento e 700 alunos das Escolas Militares de Formação.

### **2.3.3 Ação 2000 – Administração da Unidade**

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades atendidas pela Ação 2000:

No Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC), a Ação 2000 foi utilizada para atender as atividades programadas pela Divisão de Cooperação e pela Divisão de Ensino, ambas do DEPEC, referentes às despesas de passagens e diárias no acompanhamento e participação dos eventos; e ao repasse de recursos para as Organizações Militares com vistas às atividades fins.

A meta financeira proposta para o ano de 2012, para a execução das atividades, foi de R\$ 1.703.494,00, conforme apresentada na Pré-Proposta Orçamentária 2012. Devido às restrições orçamentárias, foi autorizado pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI), o montante de R\$ 1.215.000,00, sendo: R\$ 1.109.301,00 (custeio), R\$ 45.699,00 (passagens) e R\$ 60.000,00 (diárias).

Devido ao limite de diárias e passagens imposto pela SEORI, no ano de 2012, a execução do planejamento inicial apresentado pelas Divisões deste Departamento ficou prejudicada. Foi necessário

um remanejamento das atividades, reduzindo o número de eventos e o número de participantes (militares e servidores civis), causando grande impacto no planejamento inicial.

No Departamento de Saúde e Assistência Social – DESAS teve, no ano de 2012, a previsão de contar na LOA, a quantia de R\$ 1.000.000,00, porém sofreu uma restrição orçamentária de 30,0% (300.000,00) feita pelo MD, restando R\$ 700.000,00 para aplicar nos eventos e atividades na sua maioria destinada a capacitação de recursos humanos em palestras, cursos, encontros, seminários em diversas regiões do Brasil e alguns no exterior. Em vista disso, há que se ressaltar que, tendo em vista a restrição determinada para gastos com diárias e passagens, algumas atividades que previam despesas acopladas, particularmente em consumo e serviço de terceiros, foram parcialmente realizadas pela diminuição de participantes nos eventos.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil, na ação 2000 – Administração da Unidade teve, para 2012, um planejamento inicial no valor de R\$ 3.752.000,00, resultando num valor de R\$ 2.000.000,00 destinado pela LOA/2012 (**Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**), correspondente a aproximadamente 53% do inicialmente previsto, sofreu contingenciamento interno no MD da ordem de 40%, sendo provisionado apenas R\$ 1.200.000,00, se fosse mantida esta situação, isto inviabilizaria a realização de inúmeros eventos programados. No entanto, este quadro foi revertido com o apoio do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, o que propiciou condições para o cumprimento do calendário de eventos contidos no programa originário (Reuniões do CISM, Campeonatos Mundiais (CISM), Campeonatos Nacionais e Competições Escolares Militares).

## 2.4 Indicadores

### 2.4.1 Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425 - IARA8425

<b>IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO</b>	
<b>Identificação do Processo:</b>	Aplicação dos recursos orçamentários destinados ao Projeto Rondon – Aç 8425.
<b>Identificador de: Eficiência</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IARA8425
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	<i>Avaliar o nível de aplicação de recursos na Ação Orçamentária 8425.</i>
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	<i>SEPESD e SEORI</i>
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA8425 = (\text{Montante de Recursos Empenhados na Ação, no período} / \text{Recursos Autorizados para a Ação, no período}) \times 100.$
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
<b>Avaliação</b>	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial e SIGPLAN.
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	DEPEC

- Resultados da Avaliação do Programa no Exercício:

Todos os recursos orçamentários autorizados, destinados à Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, relativos às Operações realizadas em 2012, foram empenhados, perfazendo um percentual de 99,77%, considerado o resultado da avaliação excelente. Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários.

### 2.4.2 Índice de Concretização da Meta Física da Ação 8425 – ICMF8425

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	<i>Operacional</i>
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	<i>Rondonistas</i>
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	-
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	<i>Número de rondonistas com a consciência cidadã fortalecida</i>
<b>Destino:</b> (Quem receberá os resultados)	<i>SEPED e SEORI.</i>
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	<i>Anual.</i>
<b>Avaliação</b>	<i>95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente</i>
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidades de medida correlacionadas)	<i>Número de rondonistas com a consciência cidadã fortalecida no ano de 2012, em relação ao ano de 2011.</i>
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas).	<i>Universitários participantes das operações em 2012 e 2011</i>
<b>Fonte:</b> (Local/pessoa que fornecerá os dados).	<i>SIGPLAN</i>
<b>Periodicidade de Coleta:</b> (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	<i>Anual.</i>
<b>Área responsável pelo cálculo/medição</b>	<i>DEPEC</i>

- Resultados da Avaliação do Programa no Exercício:

<b>Programa</b>	<b>AÇÃO 8425</b>
2058	No ano de 2012, foram conscientizados 1.160 rondonistas de uma previsão de 2.800 conforme apresentado na Pré-Proposta; número esse abaixo do realizado no ano de 2011, onde foram conscientizados 2.860 rondonistas. Considera-se que o resultado foi insuficiente, avaliado em 40,55%, o número de rondonistas conscientizados.

Observação: Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

#### 2.4.3 Indicador de Efetividade

As equipes de rondonistas trabalharam com agentes multiplicadores (produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais), realizando ações com efeitos duradouros para a população, a economia, o meio ambiente e a administração local.

Foram desenvolvidas também várias atividades como: palestras, oficinas de capacitação, entre outras, cujo resultado desta avaliação foi considerado **muito bom**, pelo interesse que estas atividades despertaram junto às comunidades e pelo entrosamento entre as comunidades e os universitários, materializando a participação da comunidade e as lideranças locais nas várias ações do Projeto.

O Projeto Rondon é um projeto com grande impacto sócio-educativo e permite ao universitário praticar atividades concretas em regiões longínquas e carentes, colocando na prática a teoria vista na Universidade e além de conscientizá-lo da realidade socioeconômica nacional, engajando-o no esforço de reduzir carências e deficiências de regiões com baixo desenvolvimento.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X



<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica: A SEPESD desenvolve suas programações e atividades, gerando, quase que exclusivamente, gastos com despesas de Passagens e Diárias. Dentro deste enfoque, o Sistema SCDP ( Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal), já exerce um grande controle na Proposição, Aprovação, Concessão e Autorização destes gastos, ficando registrados e disponíveis para todos os níveis de Auditoria Interna e Externa.</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	8425					
Descrição	Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon					
Iniciativa	01QX Apoio a comunidades carentes					
Unidade Responsável	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.833.333	4.500.000	4.490.858,85	3.791.349,51	-	699.509,34	3.791.349,51
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Universitário Capacitado	Unidade	2800	1160	7.712.500	4.500.000

Fonte: SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

De acordo com os anos anteriores, a meta financeira (LOA/12) foi mantida no valor de R\$ 4.000.000,00. Entretanto, esta ação foi objeto de Emendas Parlamentares, tendo sido previsto acréscimo de R\$ 800.000,00. Devido ao contingenciamento foi liberado somente o montante de R\$ 500.000,00, oriundo das Emendas Parlamentares: 24770010 (Deputado George Hilton); 12180017 (Deputado Gonzaga Patriota), 34300016 (Senadora Marinha Raupp) e 27920021 (Deputado Vitor Paulo).

No final do ano, foi liberado ainda, o montante de R\$ 33.333,00 (1/3 do crédito destinado ao Grupo 4 da Ação 8425, LOA/13) referente ao crédito extraordinário aberto, de acordo com a MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012, no Grupo 4 – Investimentos. O mesmo não foi utilizado tendo em vista que o destaque de recursos para as Organizações Militares apoiadoras do Projeto Rondon é realizado após a etapa do reconhecimento dos municípios e do Centro Regional.

Dessa forma, as despesas realizadas no ano de 2012 abrangeram o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), relativos ao disponibilizado pela LOA + Emendas Parlamentares, sendo 97,73% de custeio e 2,27% de investimento.

Os recursos referentes a estas despesas foram descentralizados para:

- Ministério da Defesa: 37%
- Exército Brasileiro: 34%
- Marinha do Brasil: 26%
- Força Aérea Brasileira: 3%

Os valores destinados ao MD foram utilizados com o saque de diárias e aquisições de passagens aéreas para os coordenadores durante as viagens precursoras, os reconhecimentos, as operações (cerca de 18 dias em cada operação) e durante as Reuniões de Coordenação com os representantes das IES; além dos convites para proferir palestras sobre o Projeto Rondon nas IES.

As despesas referem-se também às aquisições de passagens aéreas para os professores durante as viagens precursoras realizadas no ano de 2012; assim como para os rondonistas (professores e universitários) durante as Operações do Projeto Rondon realizadas em 2012.

Os valores destinados ao EB referem-se aos Destaques concedidos às Organizações Militares (OM) para apoio de alimentação, saúde, segurança e pernoites nos aquartelamentos, no período das operações; preparação dos alojamentos nas Organizações Militares (OM) que estão apoiando as atividades; e locação de veículos para transporte dos rondonistas (dos Centros Regionais para os municípios).

Os valores destinados à MB referem-se aos Destaques concedidos às Organizações Militares (OM) para apoio de alimentação, saúde, segurança e pernoites nos aquartelamentos, no período das operações; preparação dos alojamentos nas Organizações Militares (OM) que estão apoiando as atividades; e locação de veículos para transporte dos rondonistas (dos Centros Regionais para os municípios).

Os valores destinados à FAB referem-se ao apoio aéreo prestado ao Projeto Rondon, em 2010, cujas despesas estão sendo pagas de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

Os recursos humanos utilizados são os militares e civis do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC), que desempenham as atividades no Projeto Rondon, cumulativamente, com as do Departamento. São militares da ativa e da reserva, servidores civis (DAS) e servidores terceirizados. Estes recursos humanos desempenham as funções de gerência, coordenação e assistência.

Os recursos destinados ao Projeto Rondon foram suficientes para atender as despesas referentes as Natureza de Despesa 30, 39 e 52. Os recursos relativos às diárias, passagens e locomoção (ND 33)

limitados no início do ano, foram insuficientes, restringindo o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon está relacionada com a aquisição de passagens aéreas.

Quanto à meta física, a proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, para o exercício de 2012, foi de 2.800 universitários capacitados, conforme à Pré-Proposta Orçamentária apresentada no valor de R\$ 7.714.500,00. Devido aos cortes orçamentários e ao significativo aumento das passagens aéreas, o número de universitários foi reduzido. A meta física realizada foi no montante de 1.160 universitários capacitados.

Convém destacar que o Projeto utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos orçamentários, em aproximadamente de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) contribuindo para a aquisição de passagens aéreas e de material para distribuição aos rondonistas; contratação de serviços de divulgação; e contratação de empresa para o transporte do material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

Destaca-se também que foi concedido da Ação 2000, crédito e limite na ND 33, pela SEORI, o valor de R\$ 1.010.000,00 (hum milhão e dez mil reais), e R\$ 63.000,00 do Gabinete do SEPESD para atender as despesas com as aquisições de passagens aéreas para as Operações do Projeto Rondon.

#### QUADRO A.4.4 2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20IG					
Descrição	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte					
Iniciativa	01R0 Desenvolvimento do Esporte Militar de Alto Rendimento e de atividades de esporte e lazer para crianças					
Unidade Responsável	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	3.430.000	2.893.387,30	1.734.104,38		1.159.282,92	1.734.104,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atleta e Crianças Apoiados	unidade	2000crianças e 1432 atletas	1200crianças e 1100 atletas	3.430.000	2.890.000

Fonte: SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos. **Observação: Esta Ação contou com o Apoio de recursos oriundos do Ministério do Esporte ( R\$ 6.084.677,75 ) para as atividades dos Atletas de Alto Rendimento, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (R\$ 4.082.400,00), do Ministério do Esporte (R\$ 2.139.000,00) e de emendas Parlamentares (R\$ 1.210.000,00) para o apoio às crianças do Forças no Esporte.**

#### 4.1.6 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

As informações correspondentes aos campos dotação inicial e final da Ação 2000 – Administração da Unidade, no Quadro abaixo, são emitidas na informação total da Ação pelo Departamento de Administração Interna/Divisão Orçamentária e Financeira, que é quem coordena a execução da referida Ação como um todo, no âmbito do Ministério da Defesa.

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.672.459,28	1.657.391,71	-	15.067,57	1.657.391,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	4.703.000	1.672.459,28

Obs: A grande maioria dos gastos afetos à Ação 2000 da UJ, foram para custear despesas com passagens e diárias, não possuindo meta Física estabelecida.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Civis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão	Não há	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas	Não há	8	0	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>4. Militares da Ativa</b>		<b>66</b>	<b>29</b>	<b>27</b>
<b>5. Militares da Reserva</b>		<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>6. Total de Servidores (1+2+3+4+5)</b>		<b>93</b>	<b>30</b>	<b>28</b>

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

A SEPESD, em face da atual conjuntura orçamentária, sempre buscou adotar medidas administrativas pertinentes à racionalização de atividades, visando soluções mais eficientes, criativas e econômicas, com o propósito de atingir suas metas institucionais com a máxima redução no gasto público.

## **- RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A Secretaria de Pessoal, Ensino e Desporto - SEPESD atingiu, de maneira satisfatória, os objetivos previstos para o ano de 2012. O desenvolvimento de suas atividades foi moldado à realidade orçamentária que exigiu cortes.

Na área das atividades esportivas, as metas puderam ser cumpridas, em função do imprescindível apoio de recursos originados do Ministério do Esporte e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, contribuindo, de maneira fundamental, para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Programa Forças no Esporte que atende crianças carentes no nosso Brasil, e para o aprimoramento do Atleta de Alto Rendimento, que permite a manutenção do preparo voltado para as competições esportivas, inclusive visando às futuras Olimpíadas de 2016.

As metas estabelecidas nos programas finalísticos que apoiam as ações desportivas foram efetivamente alcançadas, podendo ser observados os salutaros efeitos de suas atividades tanto pela manutenção de níveis anteriormente atingidos durante a campanha dos 5º Jogos Mundiais Militares RIO2011, como também pelo melhoramento de outros índices, incluindo-se as vitórias obtidas nos diversos campeonatos nacionais e internacionais do Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM, e, principalmente, a participação exitosa das equipes militares nos Jogos Olímpicos de Londres - 2012, quando as Forças Armadas contribuíram com cinquenta e um atletas de alto rendimento logrando expressiva marca com a obtenção de quatro medalhas olímpicas, sendo uma de ouro e três de bronze, correspondendo a cerca de 30% das conquistas Brasileiras.

Quanto ao Projeto Rondon, o planejamento inicial para a Ação 8425, tanto meta física quanto meta financeira, foi baseado na Pré-Proposta Orçamentária para o ano de 2012 e adaptado conforme a disponibilidade de recursos e com a aceitação das Prefeituras relacionadas, portanto bastante variável no decorrer da própria execução da Ação que atende ao Projeto.

No decorrer do exercício de 2012, o planejamento das operações foi adequado aos recursos disponibilizados, com isso permitiu que pudessem atender as despesas necessárias.

O quantitativo destinado ao custeio de diárias, passagens e locomoção, limitados no início do ano, foi insuficiente, restringindo, em parte, o andamento das operações, tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon é relacionada à aquisição de passagens aéreas.

Além do limite mencionado, a sazonalidade e a reestruturação das Empresas Aéreas contribuíram para o significativo aumento das passagens aéreas, fator este determinante para que o número de rondonistas, no ano de 2012, fosse reduzido.

Na área de Saúde e Assistência Social, cumpre ressaltar que, apesar do impacto que o contingenciamento financeiro governamental teve sobre o planejamento do DESAS em 2012, particularmente afetado pelas restrições impostas para pagamento de diárias e passagens, as missões do DESAS foram cumpridas. Para isso, foi feita criteriosa avaliação, seleção e priorização dos eventos e atividades, levando-se em conta a extrema necessidade de realizá-las ou de se fazer presente em eventos inadiáveis ou que necessitassem ter alta representatividade institucional.

Para o ano de 2013, a SEPESD pretende, no âmbito do Desporto Militar, continuar perseguindo seus Objetivos Estratégicos funcionais, com a continuidade da preparação das Equipes militares que representarão o Brasil nos diversos eventos desportivos, priorizando os constantes do calendário do Conselho Internacional do Esporte Militar - CISM, com vistas, inicialmente, aos 6º Jogos Mundiais

Militares na Coréia do Sul em 2015, e, posteriormente, aos Jogos Olímpicos Rio 2016, bem como no apoio às atividades do Programa Forças no Esporte – PROFESP.

No Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação, que envolve a Área de Ensino Militar e a Coordenação e Execução do Projeto Rondon, de acordo com os anos anteriores, a meta financeira da Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, a (LOA) para o ano de 2013 foi mantida no valor de R\$ 4.000.000,00, diferentemente do que foi apresentado na Pré-Proposta 2013, R\$ 7.714.500,00. Devido às restrições orçamentárias, o planejamento inicial das Operações do Projeto Rondon, foi prejudicado, sendo alterado para adequar-se aos recursos disponibilizados.

Com isso, o número de rondonistas previstos para as Operações de Janeiro foi reduzido e as Operações previstas para julho de 2013 serão realizadas em apenas um Centro Regional e não mais em três, como planejado inicialmente.

A meta física proposta para o exercício de 2013, também foi reduzida, passando de 2.400 rondonistas para 1.888 rondonistas, devido, principalmente, ao aumento do preço das passagens aéreas.

No mês de janeiro/fevereiro de 2013, foram realizadas as seguintes Operações, todas com duração de 15 dias:

- Operação Canudos / Petrolina, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;

- Operação 2 de Julho / Salvador, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;

- Operação São Francisco / Aracaju, com participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 20 municípios;

- Operação ACiSo / Belém, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará; e

- Operação ASShop / Manaus, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas.

No mês de julho de 2013, será realizada a Operação “Forte do Presépio”, com 600 rondonistas, onde serão atendidos 30 municípios do Estado do Pará.

Além da Operação, estão previstas também a realização da Operação de Ação Cívico Social (ACISO) e Operação de Assistência Hospitalar (ASShop) nos Estados do Pará e do Amazonas, com 22 rondonistas em cada.

Quanto às atividades da área de ensino da Divisão de Ensino (DIENS) e da área de cooperação da Divisão de Cooperação (DICOOP), ambas do Departamento de Ensino e Cooperação (DEPEC), o limite autorizado na Ação 2000 – Administração da Unidade, também foi insuficiente, onde foi necessário num remanejamento das atividades, reduzindo o número de eventos e o número de participantes (militares e servidores civis).

Estão previstos as seguintes atividades:

- 25ª e 26ª reunião da CPIEM;

- VI Curso de Extensão em Defesa Nacional, a ser realizado em Belo Horizonte/BH;

- V Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM;

- X Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar - EPEMM;

- I Concurso de Monografias sobre Defesa Nacional;

- VII Curso de Extensão em Defesa Nacional, a ser realizado em Campo Grande/MS;

- 26ª, 27ª e 28ª reunião da CEIE;

- XIII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – ENEE; e

- Seminário do Pró-Defesa II

Convém ressaltar, que o X Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, uma importante atividade da DICOOP, só será realizado caso haja suplementação de recursos no valor de R\$ 140.000,00.

Na área do Departamento de Saúde e Assistência Social, a SEPESD, para 2013, pretende executar as seguintes e relevantes ações e eventos: Reunir, trimestralmente, a Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPSSMEA) e, semestralmente, a Comissão de Assistência Social das Forças Armadas (CASFA); realizar o 5º Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas (5º

EnGeSFA); realizar cinco “Cursos Regionais de Capacitação de Educadores de Pares” no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas” e seis “Palestras de Sensibilização de Líderes na área da saúde” para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais da área militar; realizar o Seminário Internacional de Saúde Militar para os países da CPLP; e participar, na qualidade de representante do COPRECOS Brasil, do “Comitê de Prevenção e Controle do HIV/Aids das Forças Armadas e Polícia Nacional da América Latina e Caribe (COPRECOS LAC)”.

Brasília – DF, abril/2013.

**JULIO SABOYA DE ARAUJO JORGE**  
Secretário